

Mulheres unidas provedoras: trabalho, família e conjugalidade*

Carla Sabrina Favaro †

Resumo:

Nas últimas décadas as famílias brasileiras presenciam a entrada maciça das mulheres no mercado laboral. Esse fenômeno faz com que casais com dupla renda tenham uma relevância estatística considerável. Porém a maioria dos estudos ainda enfoca principalmente as diferenças de salários entre os sexos, mostrando os homens como os principais provedores. Não resta dúvida de que este é o padrão dos rendimentos familiares brasileiros. Entretanto, há outra parcela de casais brasileiros que deveria receber mais atenção, principalmente dos estudos quantitativos: os casais formados por mulheres que são as únicas ou principais provedoras financeiras. Segundo dados da Pnad de 2009, 13,47% das mulheres unidas pessoa de referência ou cônjuges eram as provedoras principais dos domicílios. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar a trajetória profissional e familiar de casais nos quais a mulher é a provedora principal ou complementar do domicílio. Interessa saber como essas mulheres se tornaram provedoras e como esta dinâmica afeta a organização doméstica. Tentou-se entender se o fato de as mulheres unidas serem provedoras alterou de alguma maneira o tempo gasto nos afazeres domésticos e a participação dos parceiros nesses afazeres. A pesquisa foi realizada através de 14 entrevistas com mulheres unidas, provedoras complementares, 19 com provedoras principais e 9 com não provedoras na Região Metropolitana de Campinas, SP/Brasil. Verificou-se que homens e mulheres unidos estão inseridos de maneiras diferentes no mercado de trabalho e isso reflete em suas participações no provimento doméstico. Entre as mulheres que são provedoras principais há por mais que participar do mercado de trabalho seja importante para que elas adquiram independência quanto à administração do seu dinheiro, a sobrecarga de trabalho ainda é grande. Para elas, assumir parte principal ou o total do provimento doméstico se transforma em uma experiência negativa, pois tal situação desobriga os homens de assumirem suas responsabilidades familiares.

* Trabalho apresentado no VI Congresso da Associação Latino Americana de População, realizado em Lima, Peru, de 12 a 15 de agosto de 2014.

† Doutora em Demografia pelo IFCH/UNICAMP.

Mulheres unidas provedoras: trabalho, família e conjugalidade*

Carla Sabrina Favaro*

Introdução

Nos contextos das análises sobre as transformações que têm afetado as famílias brasileiras, este trabalho tem como objetivo geral o estudo da participação de mulheres unidas no provimento doméstico.² Além disso, fundamentando-se em dados qualitativos, busca refletir os processos através dos quais as mulheres se tornaram provedoras. Foram analisadas as trajetórias profissionais dos homens e mulheres envolvidos, as entradas e saídas do mercado de trabalho e se discute como esse processo influencia na posição ocupada pelas mulheres.

No Brasil, o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho tem feito com que casais com dupla renda ganhem relevância estatística considerável (MONTALI, 2006; MARRI e WAJNAMN, 2007; MELO, 2007). Com base nos dados da PNAD de 2009, em 65% das famílias com crianças até 14 anos, tanto a pessoa de referência do domicílio quanto o cônjuge estavam ocupados (GUIMARÃES, 2012).

Porém, a maioria dos estudos sobre o tema enfoca principalmente as diferenças de salários entre homens e mulheres, mostrando os homens como os principais provedores. Não resta dúvida de que este é o padrão do provimento doméstico no Brasil, seja porque os salários masculinos ainda são maiores do que os femininos, ou porque as mulheres geralmente trabalham menos horas do que os homens, ou ainda porque parcela delas está fora do mercado de trabalho. Entretanto, há outra parcela de casais brasileiros que deveria receber mais atenção analítica: os casais formados por mulheres que são as únicas ou as principais provedoras financeiras.

Julga-se muito importante analisar esse tipo de arranjo para o provimento doméstico – que foge ao tradicional – justamente para tentar entender o que está por trás de tal fenômeno: relações de gênero mais igualitárias, nas quais as mulheres podem ter maior poder de decisão no interior dos domicílios, por possuírem maior renda; ou relações de gênero ainda tradicionais com as mulheres mais sobrecarregadas com a geração de renda? Resta entender como casais que possuem as mulheres como provedoras principais negociam o cotidiano familiar.

Para o caso brasileiro, um importante estudo sobre o tema foi desenvolvido por Marri e Wajnaman (2007). As autoras utilizaram dados da PNAD de 2004 para as áreas urbanas e procuraram traçar os perfis demográficos e sociocupacionais dos casais cuja mulher é a provedora principal. Entende-se que conhecer melhor esse perfil de trabalhadoras é importante porque se trata de contextos que subvertem o estereótipo segundo o qual cabe aos homens a responsabilidade financeira pelas famílias, enquanto as mulheres podem, quando muito, “auxiliá-los” nessa tarefa. Por outro lado, há também consideráveis evidências na bibliografia consultada, mostrando que enquanto as mulheres avançam no mercado de trabalho, o mesmo não acontece com os homens nos afazeres domésticos. Por mais que se

* Trabalho apresentado no VI Congresso da Associação Latino Americana de População, realizado em Lima, Peru, de 12 a 15 de agosto de 2014.

* Doutora em Demografia pelo IFCH/UNICAMP. Email: csabrinaf@yahoo.com.br.

² Este trabalho é fruto da tese de doutorado defendida e aprovada no IFCH/UNICAMP, orientada pela Prof^a Dr^a Elisabete Dório Bilac e financiada pelo CNPq.

espere que o fato das mulheres que recebem mais do que seus maridos/companheiros possam desenvolver no interior das famílias maior poder de decisão, as ideologias legitimadoras das desigualdades de gênero entre homens e mulheres ainda persistem. Possuir renda maior que a do marido/companheiro pode não ser uma garantia às mulheres de redução na jornada.

Para realizar sua análise, Marri e Wajnman selecionaram três medidas de renda: “rendimento de todos os trabalhos, o rendimento do trabalho principal e o salário-hora de cada um dos cônjuges” (MARRI E WAJNMAN, 2007, p.21). Segundo os dados, em 2004, as famílias com núcleo composto por chefe e cônjuge compunham 63,6% do total das famílias brasileiras. Dessas, 44% possuíam duplo rendimento, ou seja, rendimentos do chefe e cônjuge. Quando se considera o total das famílias, as esposas eram responsáveis por 33% da renda total, os maridos/companheiros por 61% e os filhos por 6%. Entretanto, quando a análise focaliza o provedor principal, ou seja, aquele com rendimentos do trabalho superior a 50% dos rendimentos do casal, Marri e Wajnman (2007) sugerem que do total das famílias com duplo rendimento, em 17% as mulheres eram as principais provedoras. As autoras ainda mostram que do total dos domicílios nos quais há pessoas de referência e cônjuge, 94% são chefiados por homens. No caso daqueles nos quais há casais com dupla renda, 87% dos domicílios compostos por mulheres com principal renda são chefiados por homens. Esses dados mostram que mesmo com a crescente participação relativa das mulheres como provedoras, as pesquisas domiciliares ainda apontam os homens como chefes ou responsáveis pelos domicílios constituídos por pessoa de referência, cônjuge com ou sem filhos (MARRI; WAJNMAN, 2007).

Diante deste cenário, as autoras argumentam que, considerando que a designação da responsabilidade de um domicílio não está, na maior parte dos casos, associada à realização dos trabalhos domésticos – se fosse assim as mulheres estariam em maior proporção no quesito sobre quem é a pessoa de referência do domicílio – como também não está na responsabilidade financeira, resta atribuir a enorme proporção de homens na chefia dos domicílios nos quais a mulher é a única ou principal provedora a um fator cultural.

Para a realização deste estudo, foram selecionadas entrevistadas que se encaixassem em algumas das três categorias de análise criadas: mulheres não provedoras, composta por mulheres unidas, cônjuges ou pessoa de referência do domicílio, que possuíam rendimento (de todas as fontes) igual a zero; mulheres provedoras complementares, composta por mulheres unidas, que são cônjuges ou pessoa de referência do domicílio, e que possuíam rendimentos de todas as fontes menores do que as de seus maridos/companheiros; e mulheres provedoras principais, composta por mulheres unidas, cônjuges ou pessoa de referência, que possuíam rendimentos (de todas as fontes) maiores que os de seus maridos/companheiros. A escolha de somente mulheres unidas se deu como uma tentativa de analisar a distribuição do trabalho doméstico na família e como as relações de gênero se manifestam nesse contexto, sendo necessário, portanto, a presença de casais, o que não exclui a importância das mulheres sem cônjuge no conjunto dos arranjos familiares brasileiros.

O método

Como já dito anteriormente, o principal objetivo do trabalho é investigar a participação feminina no provimento doméstico, a partir da trajetória de casais com ênfase na participação no mercado de trabalho. Para a captação de dados, entre os meses de fevereiro de 2011 e julho de 2012 foram realizadas 42 entrevistas com mulheres unidas na Região Metropolitana de Campinas. Um roteiro de apoio foi elaborado para auxiliar o andamento das entrevistas e todas elas foram gravadas com o consentimento das entrevistadas e posteriormente transcritas.

O recorte principal quanto à seleção das entrevistadas era que as mulheres fossem unidas e que de preferência tivessem filhos e rendimentos relativamente baixos, em torno do salário mínimo. A partir daí, procurei selecionar as entrevistadas segundo os critérios já apresentados: não provedoras, provedoras complementares e principais. Foram realizadas 19 entrevistas com mulheres provedoras principais, 14 com provedoras complementares e nove com não provedoras.

Perfil das mulheres entrevistadas

As entrevistas reuniram um conjunto bastante diversificado de provedoras e não provedoras. A faixa etária das entrevistadas varia entre os 23 e 64 anos. Essa grande variedade de idades se mostrou bastante interessante porque abarca mulheres de gerações diferentes que pensam sua inserção no provimento doméstico também de maneiras diferentes. Como optei por deixar a cor/raça ser autodeclarada, observa-se que há morenas, brancas, pardas, negras, pretas e amarelas, mas com predominância de brancas (14).

Não foi entrevistada nenhuma mulher analfabeta. O grupo é formado por mulheres que tem ensino fundamental completo ou incompleto, ensino médio completo e incompleto e superior completo. Há predominância de mulheres unidas com ensino fundamental completo. Aqui também nota-se que há grande variedade na escolaridade de mulheres provedoras e não provedoras, mesmo com as duas mulheres que possuem ensino superior sendo provedoras principais. A maioria das entrevistadas é católica (22), seguidas pelas evangélicas (15). Porém, há considerável variedade de igrejas evangélicas frequentadas.

Das mulheres que trabalham, grande parte delas exerce profissões comumente associadas às mulheres, como os serviços de limpeza (11 mulheres) e os de comércio e serviços (14). As provedoras principais são as que possuem os maiores rendimentos, variando de R\$ 545,00 a R\$ 2.500,00, já os rendimentos das complementares variam entre R\$ 100,00 e R\$ 800,00.

Em relação ao número de uniões, a maioria das mulheres (29) se casou uma vez e o máximo de uniões encontradas foi de três (quatro mulheres). Sobre o estado civil das mulheres, a maioria delas (24) é casada, porém, há também solteiras (13), desquitadas (duas), divorciadas (duas) e viúvas (uma). A idade da primeira união variou bastante, porém, 21 mulheres se casaram antes dos 20 anos, 18 entre os 20 e os 30, e somente três depois dos 30 anos. Há grande concentração de mulheres que se casaram bem jovens entre as não provedoras e elas também são mais velhas.

Os domicílios são compostos basicamente por casal e filhos, com predominância daqueles com três e quatro membros. Em dois casos, a mãe da provedora também mora no domicílio, em outros dois, os irmãos delas, e em outros três, os sobrinhos. Todas as entrevistadas trabalharam em algum momento de suas vidas, mesmo as não provedoras, e grande parte delas (26) começou antes dos 18 anos. Entre as mulheres provedoras, três possuem rendimentos de aposentadoria, o de todas as outras são provenientes do trabalho.

Ser ou não provedora: as trajetórias familiares e profissionais de mulheres unidas

Vários estudos mostram que a participação feminina no mercado de trabalho nunca foi um fenômeno raro nas camadas populares (FONSECA, 2005; SALEM, 1991, ZALUAR, 2001; BILAC, 1978 e 1983) e, nas classes médias, se intensificou principalmente a partir da década de 1980 (VAISTMAN, 1994). Todas as mulheres unidas investigadas trabalharam em algum momento de suas vidas, algumas não trabalham atualmente porque estão desempregadas, são donas de casa ou aposentadas. Contudo, nota-se que todas essas mulheres começaram a trabalhar muito jovens, das 42 mulheres unidas entrevistadas, somente duas

(Sônia e Cleide) começaram a trabalhar depois dos 30 anos, onze começaram a trabalhar depois dos 20 e o resto, 29, começou a trabalhar antes dos 20.

A grande maioria das mulheres, 36, já trabalhava quando iniciou suas uniões, dessas, três pararam de trabalhar logo após o casamento (Iraci, Iracema e Cláudia), Eloisa parou quando nasceu seu primeiro filho e outras cinco mulheres unidas não trabalham porque estão desempregadas, o que aconteceu depois das uniões.

Observa-se, portanto, que grande parte das mulheres iniciou suas uniões já na condição de provedoras. Nos casos em que as informantes começaram a trabalhar depois dos casamentos, nota-se que isso se deu tanto em função das necessidades financeiras da família (quatro casos), quanto da necessidade das mulheres de estarem ocupadas (dois casos).

Entre as entrevistadas que começaram a trabalhar depois das uniões devido à insuficiência dos rendimentos dos companheiros, três são provedoras principais e uma é complementar. No caso das primeiras, quando começaram a trabalhar, não esperavam assumir a principal parte do provimento doméstico de maneira tão contundente. Apesar de ter sido um processo relativamente rápido, elas ainda se perguntam como chegaram ao ponto em que vivem hoje. Os depoimentos de Kátia e Sonia ilustrem bem a decepção dessas mulheres.

Eu nunca imaginei que um dia eu ia sustentar um homem, nunca. Tudo bem que quando a gente ainda namorava, dava para perceber que ele não era muito chegado no trabalho. Meu pai até me avisou. Mas eu pensei que quando cassasse, ia melhorar. Ele ia tomar juízo. Pois foi o contrário, o negócio piorou e muito!

Por que você começou a trabalhar? Porque começou a faltar coisa em casa depois que meu filho nasceu³. Aí eu fui trabalhar em casa de família e foi aí que o negócio ficou mais feio ainda pro meu lado!

Por quê? Por que o que já era pouco, foi ficando mais pouco ainda. O dinheiro dele era pouco, mas entrava todo mês, porque ele se virava nos serviços aí que ele arrumava. Mas depois que ele viu que eu estava trabalhando, aí desandou de vez. Tem mês que tem dinheiro dele, tem mês que eu não vejo um centavo, é assim (Kátia, 29, ambulante, provedora principal).

Eu fui trabalhar quando eu percebi que meu marido não ia botar comida dentro de casa todo dia, que a gente ia passar a vida comendo em casa de parente. Eu fui burra, eu fui muito burra, isso sim.

Por quê? Porque eu não casei novinha né, eu casei com 30 anos já. Estava meio desesperada pra casar, essa é que é a verdade. Na casa da minha mãe, eu nunca precisei trabalhar porque eu cuidava de tudo e ajudava ela a cuidar da minha vó, então era tranquilo. Mas como eu tinha na cabeça esse negócio de casar, fui atrás do primeiro que apareceu depois de bastante tempo e eu me ferrei. E nem casar, eu casei, a gente só juntou.

E quanto tempo depois de casada você começou a trabalhar? Ah, depois de uns três meses. Vi que ele não botava dinheiro dentro de casa e acabava indo comer na minha mãe ou na minha sogra. E minha sogra⁴ vivia cobrando a parte da gente da luz e da água e nada de ele pagar. Aí eu resolvi que não dava mais, eu não queria separar, então fui trabalhar. Minha mãe ainda me

³ Kátia se casou aos 17 anos, teve seu primeiro filho aos 19 e começou a trabalhar como doméstica aos 20.

⁴ Sônia mora em uma edícula nos fundos da casa da sogra.

disse: ‘deixa que quando ele vir você trabalhando, vai acordar e vai começar a trabalhar também’ (risos), imagina. Não sei onde eu estava com a cabeça quando acreditei nisso. Aí que o negócio desandou de vez. Nem quando meu filho nasceu, ele acordou (Sônia, 34, caixa de supermercado, provedora principal).

Nota-se nos casos de Sônia e Kátia que, ao assumirem o provimento doméstico, seus companheiros se isentam de suas responsabilidades financeiras de maneira mais incisiva. Esses achados corroboram os apresentados por Fonseca (2004) ao afirmar que quando as mulheres assumem o provimento doméstico, podem liberar os homens desta responsabilidade.

Por outro lado, há também o relato de Cleide, provedora complementar, que começou a trabalhar depois que se uniu e quando seu companheiro ficou desempregado. Segundo essa informante, o momento em que começou a trabalhar para ajudar no sustento da família foi muito importante não só financeiramente, mas também porque consolidou ainda mais os laços que ela tinha com o companheiro Paulo.

Foi muito ruim quando ele ficou desempregado, porque a gente ficou sem chão. Mas quando eu arrumei esse serviço de vender os DVDs, foi um alívio. Ele ria sozinho, coitado, porque ele morria de medo de a gente não conseguir pagar as contas. Aí deu tudo certo e a gente até ficou mais juntos, mais unidos depois disso, porque a gente viu que o casamento era para a vida inteira mesmo, na riqueza e na pobreza, e conseguimos vencer e agora estamos os dois trabalhando.

Você não pensou em parar de trabalhar depois que seu marido conseguiu um emprego? Ah não, não quero mais ficar só dentro de casa não. Eu gosto de trabalhar, gosto de ter o meu dinheiro e ele também gosta porque ele sabe que, se precisar, eu estou aqui. Então eu não vou parar de trabalhar tão cedo (Cleide, 38, ambulante, provedora complementar).

A importância de ter o próprio dinheiro é constantemente lembrada pelas provedoras entrevistadas. Porém, outros elementos também são destacados, sugerindo que os benefícios de estar ocupada vão além do ganho financeiro. A possibilidade de manter contato com outras pessoas é um deles.

Eu sempre trabalhei, isso nunca foi problema pra mim, pelo contrário. Tem que trabalhar mesmo, tem que ir fazer o seu, sem esperar nada de ninguém, porque senão a gente fica para trás e nunca se sabe o dia de amanhã. **Fale-me um pouco do seu trabalho, Maria?** Eu sou recepcionista do salão de beleza. Então eu fico atendendo telefone, marcando hora, recebendo o dinheiro, essas coisas. Varro o chão quando tem corte de cabelo, é isso. Eu gosto bastante porque a gente sempre está conversando, passando o tempo, então é bom.

E como é trabalhar? É tudo, não largo por nada. Vem um monte de mulher aí reclamando que tem que trabalhar, que o marido não dá conta e dá vontade até de rir desses coitados. O meu também não dá conta, mas acho que mulher tem que trabalhar sim, tem que ter o seu dinheiro e tem que estudar. Já foi o tempo que mulher ficava dentro de casa, só cuidando do serviço, isso já era. Mulher que é mulher hoje tem que trabalhar, tem que botar a cara na rua e falar, ‘o meu dinheiro é meu, e eu faço o que eu quiser com ele e pronto’. Você já pensou nisso, viver dependendo de homem pra tudo? Deus me livre (Maria, 42, recepcionista, provedora principal).

Porém, apesar dos relatos sobre a importância da atividade remunerada para a maioria das mulheres entrevistadas, há também os problemas enfrentados por elas no mercado de

trabalho. Das 33 provedoras, 19 possuem carteira de trabalho assinada. São principalmente as trabalhadoras domésticas que relatam os maiores problemas no trabalho. É também entre elas os relatos mais frequentes de insatisfação no trabalho e a vontade de não trabalhar mais. Muitas vezes, é a própria natureza da atividade realizada a causa das queixas:

Como é seu dia no trabalho, Ana? Ah, é normal, aquele dia de faxina mesmo, de chegar e sair limpando (...) mas tem que ir, tem que trabalhar, fazer o quê?

Como assim? Se eu pudesse escolher, eu ficava em casa, ué. Ia trabalhar em casa, mas ia ficar em casa. Bem melhor. Não é que eu não gosto de sair de casa, de encontrar os outros na rua, mas é muita dor de cabeça todo dia. A gente fica limpando casa dos outros e tem que ouvir todo tipo de desaforo. Essas patroas que acham normal a gente usar o elevador de serviço, sendo que isso não é certo e acham que a gente é escrava delas só porque estão pagando o registro pra gente. Não é fácil não, viu? Ter que limpar casa dos outros e depois chegar aqui em casa e ter que limpar aqui, não é fácil. Se eu tivesse que escolher, escolhia limpar minha sujeira só, ué! (Ana, 33, provedora principal).

Já as mulheres unidas que são provedoras principais adquiriram esse status não por conta dos seus ganhos em si, mas por causa da falta ou da diminuição dos ganhos dos esposos. Ou seja, nesse grupo, o que determina o tipo de participação que as mulheres unidas terão no provimento doméstico não é necessariamente resultado de sua inserção no mercado de trabalho, dos ganhos ou melhorias dos seus rendimentos. As rendas das informantes são relativamente estáveis, o que faz com que essas mulheres sejam provedoras principais é a instabilidade dos rendimentos dos seus maridos/companheiros. Portanto, é possível concluir que para essas mulheres assumir a maior parte ou o total do provimento doméstico não significa uma melhora nas suas vidas com melhores empregos e salários, mas sim o contrário. Ser provedora principal significa uma piora nas suas condições de vida, já que envolve a perda de ganhos, no caso, os dos maridos/companheiros.

Em que momento da vida de vocês você assumiu a maior parte das despesas? Ah, já faz bem uns quatro anos, é, foi em 2008 que ele foi mandado embora.

E quanto ele costuma tirar por mês? Então, varia muito, porque não é sempre que tem serviço, esse mês mesmo não chegou a R\$ 500,00⁵.

E o que ele tira eventualmente cobre o que você ganha? Mas nunca! Acho que nem quando ele trabalhava na loja ele ganhava mais do que eu. Acho que eu sempre ganhei mais do que ele, sempre. Mas quando ele tinha emprego fixo, eu não ligava, porque ele trabalhava, mas agora ficou difícil.

Por quê? Porque eu vejo que a gente podia ter tanta coisa! A gente podia comprar um carro melhor, podia pagar uma escola pro nosso filho, a gente podia viajar de vez em quando. É nisso que eu penso, no que eu podia ter e não tenho, porque eu tenho que sustentar ele.

E você nunca pensou em se separar? Ah, isso não. No fundo eu tenho esperança de que ele vai arrumar um trabalho e vai voltar a trabalhar de verdade, sabe. É isso que eu quero. (Joana, 49, auxiliar de enfermagem, provedora principal).

Diferentemente dos achados de Sarti (1996) para um bairro da periferia de São Paulo em pesquisa realizada no começo dos anos 1990, as mulheres provedoras aqui pesquisadas

⁵ Joana possui um salário de técnica de enfermagem de R\$ 2.000,00.

não precisam mais dos homens para fazer a mediação entre o mundo privado e o exterior. Elas já romperam as barreiras entre o espaço público e o privado quando entraram e permaneceram no mercado de trabalho. Da mesma maneira, o universo doméstico não é mais o grande referencial que molda a identidade dessas mulheres. Ele continua sendo muito importante, porém, em menor medida.

Conclui-se, portanto, que não se está mais diante de mulheres trabalhadoras que usam o trabalho como um mero complemento para a renda familiar. O que se encontrou no universo pesquisado foram mulheres trabalhadoras - que tanto podem ser provedoras complementares ou principais - e que veem o trabalho como um aspecto importante da constituição de suas identidades. Por conta disso, a articulação do trabalho remunerado com o não remunerado tem se dado de maneira cada vez mais complexa. Nesse suposto binômio entre ser mãe e esposa de um lado e trabalhadora e provedora de outro ainda existem muitos problemas, dúvidas e frustrações. O tempo que essas mulheres não podem dedicar aos filhos porque estão trabalhando, por exemplo, é um deles. Estar fora de casa em tempo integral continua não sendo fácil para elas, porém, o trabalho feminino é valorizado e não mais encarado com um fardo que as mulheres têm que carregar.

Diante de todo o quadro desenhado até aqui de considerável valorização do trabalho remunerado por parte das mulheres unidas que são provedoras e de como ele pode ser um bom ponto de partida para que se possa ter mais independência e autonomia nas decisões individuais e familiares, resta ainda saber o que se passa com as mulheres que não são provedoras. A não participação no mercado de trabalho influencia de alguma maneira suas vidas? Será que essa escolha foi individual ou tomada com os familiares? Ser dona de casa afeta o poder de decisão dessas mulheres dentro das famílias?

Foram entrevistadas nove mulheres unidas não provedoras. Dessas, cinco estavam desempregadas e quatro não eram economicamente ativas. O interessante deste último grupo é que todas já trabalharam em algum momento de suas vidas e a retirada do mercado de trabalho está profundamente entrelaçada com as uniões e, em menor medida, com o nascimento dos filhos.

Entretanto, a decisão de ser dona de casa nem sempre era tomada exclusivamente pela mulher ou de comum acordo entre o casal. Há casos em que a saída do mercado de trabalho foi uma pressão exercida pelos maridos/companheiros e acatada pelas esposas. Nesses contextos, o casamento e não o nascimento dos filhos foi o responsável pela saída das mulheres do mercado de trabalho ou pela interrupção dos estudos. Os casos de Cláudia e de Iracema são bastante ilustrativos de como o casamento foi fundamental para que elas optassem por parar de trabalhar.

Ah, com meu primeiro marido eu sempre trabalhei. Fique casada com ele 12 anos e trabalhei esses 12 anos. E depois que a gente separou também, trabalhava e cuidava dos meus filhos, sempre. Aí quando eu juntei com esse de agora, ficou mais difícil, porque ele é muito ciumento. A gente se conheceu na casa de uma ex-patroa minha e ele via o jeito que o filho dessa patroa me tratava, porque ele também trabalhava lá de vez em quando. E esse menino era uma peste, vivia tentando passar a mão em mim, me pegar por trás, essas coisas. Aí quando a gente foi morar junto, o Jaime (marido) falou pra eu parar de trabalhar que ele ia cuidar de mim. E foi assim.

E como você se sentiu? No começo eu achei bom, porque é bom ter alguém cuidando da gente, né? E eu estava muito cansada de trabalhar também. Aí foi bom. Mas depois fui cansando, eu sempre trabalhei e sempre tive meu dinheiro. Ficar sem de uma hora para outra é chato. Ter que ficar pedindo

também é muito ruim, então, hoje se eu pudesse voltar a trabalhar, eu preferiria.

E por que você não volta? Porque quando eu falo disso, ele vira a cara na hora. Ele não gosta mesmo e fica falando que graça tem ficar limpando a privada dos outros, essas coisas. Então, eu acabo ficando aqui mesmo (Iracema, 49, dona de casa, não provedora).

Nesses casos, percebe-se certo ressentimento por parte das informantes por terem aceito parar de trabalhar, seja por conta da possibilidade de ter o próprio dinheiro ou para escapar de convivências difíceis, o trabalho é apresentado como uma alternativa que poderia melhorar a vida das donas de casa. Todas as entrevistadas compartilham da ideia de que o trabalho é importante para as mulheres, porém, algumas tomam essa ideia para si, e outras para as filhas, netas ou outras mulheres de maneira geral. O fator idade parece fazer a diferença. São as mulheres mais velhas, principalmente as não provedoras, que encaram o trabalho como algo importante, contudo, com um peso mais significativo para as mulheres mais jovens. Isso não quer dizer que quando essas mulheres eram mais jovens não consideravam ter uma ocupação importante, porém, a constituição da família, o cuidado do marido/companheiro, dos filhos e da casa eram os imperativos que norteavam a vida delas.

Já entre as não provedoras que estão desempregadas, o trabalho também é considerado importante, em alguns casos o desemprego é encarado como um problema sério no interior das famílias e, em outros casos, ele afeta a vida das mulheres de maneira mais amena, pois os rendimentos dos maridos suprem as necessidades do domicílio. Os casos de Tânia e Mariana são opostos nesse sentido. Apesar de as duas terem começado a trabalhar muito novas, ambas com 14 anos, e ainda serem jovens, possuem visões bem diferentes da importância do trabalho em suas vidas. Enquanto a primeira encara o trabalho como algo importante até para a sua saúde mental, a segunda já vê a possibilidade de ser sustentada pelo companheiro como algo positivo e que a livraria dos problemas encontrados no trabalho. E Juliana, que também possui a mesma faixa etária de Tânia e Mariana, compartilha da opinião desta última não provedora. Nesses casos, é possível perceber como o desemprego pode despertar reflexões diferentes sobre o trabalho.

Não está fácil ficar dentro de casa. Está muito difícil e eu estou cada vez mais preocupada. É a primeira vez que eu fico desempregada desse jeito, nunca fiquei tanto tempo sem trabalhar⁶.

Faz quanto tempo você está desempregada? Já faz mais de um ano. Eu preciso do dinheiro e não aguento ficar em casa o dia inteiro. Eu fico o dia inteiro limpando, não dá. E não gosto de ter que depender de homem para pagar minhas contas. Pelo menos quando eu estou trabalhando, eu pego o Maurício (companheiro) e a gente limpa tudo no sábado. Mas agora não, eu fico o dia inteiro aqui e fico o dia inteiro caçando coisa pra fazer (Tânia, 24, desempregada, não provedora).

Já Mariana e Juliana possuem visões alternativas a de Tânia:

Trabalhar é bom e não é. É bom por causa do dinheiro e é ruim por causa do nervoso que a gente passa e de ter que pensar onde vai deixar o filho e fazer comida antes de trabalhar, essas coisas. Mas agora eu estou mais tranquila

⁶ Tânia era atendente de telemarketing e perdeu o emprego quando a empresa onde trabalhava foi transferida para o Estado da Bahia.

porque o Rodrigo (marido) tá ganhando até que bem. Aí eu não estou tão preocupada.

O que você fazia antes de ficar desempregada? Eu trabalhava na padaria, era atendente. Era bom, porque a gente trazia muita coisa pra casa que sobrava, pão, bolo, salgado, mas a padaria não deu certo e eu também não fui procurar outro emprego logo de cara.

Faz quanto tempo que você está desempregada? Uns seis meses (Mariana, 36, desempregada, não provedora).

Não estou procurando não, se eu achar está bom, se não achar, também tudo bem. O que o Gustavo (marido) ganha está dando para o gasto e ele não faz questão que eu trabalhe, então, a gente vai levando (Juliana, 34, desempregada, não provedora).

Diante do quadro exposto até aqui, parece evidente que a independência financeira conquistada com a participação no mercado de trabalho é muito importante para as mulheres provedoras, sejam complementares ou principais. A possibilidade de administrar o dinheiro, de manter contatos com outras pessoas para além do círculo doméstico são as consequências positivas da inserção no mercado de trabalho. Entretanto, há também a parte negativa, que foi bastante reiterada pelas informantes. Como o grupo trabalhado é formado por mulheres unidas, em sua maioria com baixos rendimentos e que estão em ocupações precárias e sem carteira de trabalho assinada, os problemas decorrentes destas situações também existem e são relatados. A administração do orçamento doméstico entre elas se dá de diferentes maneiras, porém, uma coisa parece certa: as mulheres provedoras utilizam se não todo, mas grande parte dos salários com as famílias e fazem questão de administrar o dinheiro que ganham por si mesmas. As tentativas de intromissão dos maridos/companheiros não são bem-vindas e podem gerar problemas e discussões nos relacionamentos.

Vira e mexe eu pego ele fuçando na minha bolsa, mexendo nas minhas coisas atrás de dinheiro. Até holerite meu ele tentou abrir pra ver quanto que eu ganho, mas não deixo. O dinheiro é meu. Tudo bem que vai tudo em casa, para mim não sobra quase nada, mas é meu (Maria Aparecida, 53, auxiliar de limpeza, provedora complementar).

Ele tenta controlar o que eu faço com meu dinheiro. Vive querendo ir no supermercado fazer a compra do mês comigo. Quando eu não consigo escapar, ele vai e é aquela coisa, me deixa presa. Não consigo comprar as coisas que eu quero, das marcas que eu quero. Só que eu não chego perto do dinheiro dele, nem sei quanto é que ele ganha. É assim, o dinheiro que ele ganha é dele, e o que eu ganho é de todo mundo (Cleide, 38, ambulante, provedora complementar).

No outro extremo, encontram-se as mulheres unidas não provedoras, seja porque optaram por ser donas de casa, ou porque estão desempregadas. Nesses casos, administrar o orçamento doméstico se torna mais complexo. De um lado, encontram-se as mulheres que têm livre acesso ao dinheiro dos maridos/companheiros e são responsáveis pela administração do orçamento doméstico, e, de outro, estão as mulheres não provedoras que têm acesso limitado à renda dos companheiros. Nesses casos, várias estratégias são articuladas, algumas bem-sucedidas e outras não.

São entre as não provedoras que se encontram as maiores contradições quanto as consequências de se estar ou não empregadas. Há discursos mais “tradicionais”, como os de Iraci e Eloísa, que advogam que o homem tem de ser provedor das famílias, apesar de concordarem que poder ter o próprio dinheiro é importante. E, por outro lado, há também os

discursos de Mariana, Rita e Juliana, que estão desempregadas, porém não fazem muitos esforços para conseguirem uma ocupação, pois, segundo elas, os maridos/companheiros suprem de maneira eficiente as necessidades familiares.

Conclui-se, portanto, que as entrevistas são marcadas por toda uma complexidade de discursos e ênfases em determinadas questões que marcaram as histórias das mulheres investigadas. Tentando minimizar alguns aspectos de suas vidas que são fundamentais na vida de outras mulheres, os discursos montados fazem parte da performance dessas mulheres, mostrando que a vida social é formada por mais contradições do que se imagina. Em todo momento nota-se que, ao enunciarem seus discursos, as informantes tentam fazer uma mescla sobre como a vida é e como ela deveria ser, enfatizando determinados aspectos dela que dizem mais respeito ao momento em que elas estão vivendo do que propriamente à importância que tal aspecto tenha tido ao longo do tempo.

Algumas não provedoras, por exemplo, possuem todo um discurso sobre a importância do trabalho feminino de um lado e certa negação de que ele seria importante em suas vidas, de outro. Como podem contar com as rendas dos parceiros, essas mulheres não negam a importância do trabalho remunerado, porém, ele não caberia em suas vidas, compostas por outros tipos de percepções e necessidades.

Já as provedoras ainda estão negociando e tentando entender os resultados práticos de sua inserção no mercado de trabalho, para além da parte financeira. Se enxergar mais independente e autônoma em contextos em que os maridos/companheiros são dependentes e não mais provedores - por desemprego, por exemplo - exige um esforço de entendimento que em alguns momentos parece não só contraditório como também absurdo. Nesses casos, ser dotada de iniciativa (*agency*) com capacidade de assumir o provimento doméstico não traz só benefícios, justamente porque tira do marido/companheiro parte fundamental de sua responsabilidade sobre as famílias.

Portanto, é no emaranhado de contradições e idas e vindas que constituem a vida social que essas mulheres unidas tentam entender e elaborar a narrativa de suas trajetórias enquanto mães, trabalhadoras, provedoras ou donas de casa em um mundo em que ainda se espera pouco delas em alguns aspectos, mas em que se exige muito em outros.

Como já assinalado anteriormente, as mulheres unidas que participam do provimento doméstico são, em sua grande maioria, provedoras complementares. Essa situação sofreu pouquíssimas alterações durante a primeira década dos anos 2000, mostrando que as provedoras principais não só são bem mais raras, como também levanta a pergunta sobre em que condições as mulheres unidas se tornariam provedoras principais. Seguindo o argumento de Lavinás (2006), como as diferenças dos rendimentos de homens e mulheres nas camadas mais pobres da população seriam pequenas, ser provedora principal poderia ser mais uma resposta a um momento em que as famílias atravessam do que um padrão. Nesse sentido, esta parte do trabalho procurará analisar como provedoras principais são mantidas nessa posição e, em caso de alterações nesses contextos, como elas se manifestam.

Das 19 provedoras principais entrevistadas, três se tornaram provedoras principais por causa da invalidez dos maridos/companheiros; nove estão com os parceiros desempregados há pelo menos três anos e os rendimentos que eles conseguem auferir realizando pequenos trabalhos não cobrem os rendimentos das esposas; e oito possuem rendimentos domiciliares que variam, às vezes seus ganhos conseguem ultrapassar os das parceiras. Nesses casos, no momento da entrevista as mulheres eram as provedoras principais, mas isso muda conforme os homens conseguem se alocar no mercado de trabalho.

Nos dois primeiros grupos de casos apresentados, o fato de as mulheres serem as provedoras principais dos domicílios parece ser algo fundamental na configuração das famílias. Inês, Suely e Cristina já eram provedoras na época em que os maridos sofreram os acidentes que os impossibilitaram de continuar trabalhando⁷. Entretanto, durante o episódio que envolveu os acidentes, a recuperação e a reorganização do provimento doméstico foi descrito pelas entrevistadas como muito difícil e traumático. O companheiro de Cristina conseguiu a aposentadoria por invalidez. Os de Inês e Suely ainda buscam esse benefício. Quando perguntadas sobre os episódios em questão, e os sentimentos desencadeados quando elas assumiram o provimento familiar, as entrevistadas apontam esse momento como o mais difícil de suas vidas, em que as mudanças abruptas geradas pelos acidentes, o medo de perderem os companheiros ou que eles ficassem debilitados e o fato de elas assumirem o provimento das famílias se tornaram um grande trauma que carregam até hoje.

Através do discurso das mulheres, é possível perceber que ser provedora principal não era uma realidade que elas achavam que um dia iam viver. E como foram pegas de surpresas e de uma maneira bastante abrupta, a reorganização da vida familiar se deu de maneira bastante traumática.

Já nos casos das mulheres que são provedoras principais há, pelo menos, dois ou três anos sem grandes interrupções, nota-se, de maneira geral, que se está diante de um processo às vezes mais lento, outras vezes mais rápido, em que os homens vão deixando de trabalhar. Nesse grupo, novamente, as mulheres entrevistadas sempre foram provedoras complementares e a transformação em principais não aconteceu de maneira tão traumática como nos casos descritos anteriormente, uma vez que a instabilidade no emprego dos homens sempre foi mais realidade do que exceção.

Nesses casos, o fato de os homens não possuírem renda garantida já faz parte da dinâmica familiar, fazendo com que o rendimento que eles auferem esporadicamente não entre como parte importante do provimento doméstico, pois são as mulheres que pagam as principais contas. O dinheiro dos maridos/companheiros seria utilizado mais para completar o orçamento doméstico, principalmente no final do mês, e para compras de menor necessidade dentro das famílias.

O depoimento de Zoraide difere do que muitos trabalhos (BILAC, 1983, OLIVEIRA, 1982, SALEM, 1981) mostram para as décadas anteriores, nos quais às mulheres cabia a função de abastecer as famílias com produtos não tão essenciais para o dia a dia, enquanto os homens se responsabilizavam pelo essencial, já que eles eram os provedores. Nos contextos atuais em que as mulheres são as provedoras principais, essa dinâmica pode ser invertida e a elas cabe a função de não deixar faltar o básico para suas famílias. Ao declarar “eu sou o homem aqui”, Zoraide reproduz vários dos estereótipos de gênero que ainda permeiam a sociedade em que vive. Na verdade, os discursos de todas as informantes são permeados por esses estereótipos. Há várias categorias de comportamento que ainda são esperados que homens e mulheres compartilhem. As mudanças nas representações ainda são muito lentas e, muitas vezes, não acompanham as práticas sociais.

Não foi encontrado um padrão sobre como se configura a participação feminina no provimento doméstico, enquanto provedoras principais. Os achados do campo sugerem que ser provedora principal pode tanto ser algo mais suscetível a oscilações, como mais

⁷ O marido de Inês sofreu um acidente de carro enquanto ia para o trabalho e possui problemas de locomoção. O de Suely caiu do telhado da casa que estava construindo para o casal e sente muitas dores nas costas, impossibilitando-o de trabalhar. O companheiro de Cristina era caminhoneiro e sofreu um acidente com o caminhão, limitando também parte de seus movimentos.

permanente. Por outro lado, nos casos em que há consideráveis mudanças nos padrões de provimento dos domicílios, com homens e mulheres revezando-se como provedores principais, nota-se que, de maneira geral, a maior variação nos rendimentos se dá entre os primeiros. As provedoras principais entrevistadas possuem empregos relativamente estáveis – consequentemente, também têm renda garantida – enquanto que seus parceiros possuem uma estabilidade no trabalho bem menor. Vários estudos de Leone e Baltar (2010), Lavinás (2010) e Guimarães (2012) já mostraram que o desemprego entre os homens tem aumentando mais do que entre as mulheres.

Nos casos em que os homens possuem uma rotatividade maior de ocupações, são muito poucos os que possuem carteira de trabalho assinada no período em que estavam trabalhando. Eles geralmente trabalham em empregos provisórios, como construções e colheitas, e, segundo as provedoras, demoram muito tempo para conseguir novos empregos, e, nesse meio tempo, elas acabam assumindo a função de provedoras principais dos domicílios.

Outro ponto que causa revolta nas provedoras principais é o fato dos parceiros não conseguirem se firmar nos empregos, quando eles são encontrados. Aos olhos dessas informantes, já que elas conseguem trabalho e, principalmente, se mantem nele, mostra que possuem um comprometimento maior com a família e os filhos e que os parceiros não trabalham porque não querem. Os homens, nesses casos, seriam “acomodados” diante de uma mulher que garante a renda familiar mensal.

Foi recorrente o uso das palavras “acomodado” e “vagabundo” quando as provedoras principais se referiam aos seus maridos. Para essas mulheres, mais do que os condicionantes do mercado de trabalho que podem limitar a participação dos homens, a pouca iniciativa de deles em conseguirem uma ocupação seria não só o grande responsável pelos momentos de privação das famílias, como também atrapalharia os projetos de ascensão social das mulheres.

Ser a provedora principal nos casos em que os parceiros não conseguem se firmar no mercado de trabalho gera, portanto, inúmeras frustrações. As mulheres entrevistadas possuem muito orgulho de serem provedoras. Porém, para elas, ser a provedora principal é sinal de que o projeto de família por elas idealizado não foi mantido. Essas informantes esperam ainda que os homens sejam os provedores principais e os pilares da estabilidade financeira de suas famílias. Quando essa responsabilidade é passada para as mulheres, acaba gerando desordem nas expectativas, já que elas assumem um papel que era idealmente dos homens. As provedoras principais veem seus parceiros, de um lado, como incapazes de assumir uma posição que deveria ser “naturalmente” deles, e de outro, como “amarras” que não as deixam progredir como acham que poderiam. Nota-se, portanto, que apesar das mudanças de percepção das mulheres sobre o “papel” que ocupam em suas famílias, o discurso delas ainda é bastante permeado pelos estereótipos de gênero, como já falando anteriormente.

No caso das mulheres unidas provedoras principais entrevistadas para este trabalho, a possibilidade de ruptura da união existe, porém, não é levada adiante. Ainda há a esperança de que os homens consigam adquirir a estabilidade financeira como elas conseguiram. A comparação entre a condição de ocupação das mulheres e homens acontece o tempo todo, e a pergunta “se eu consigo, por que ele não consegue?” parece ser o referencial que guia as percepções das mulheres sobre o provimento doméstico.

Elas parecem assumir uma posição mais prática, aquela de que “trabalho é trabalho”, enquanto os homens, na ânsia de esperar por ocupações melhores, ou diante de mulheres que assumem o provimento doméstico, adotam uma posição mais “acomodada” e com menores ambições quanto às possibilidades de auferirem rendimentos maiores.

Nesses casos, parece haver uma revolta maior dessas provedoras principais quando comparadas com aquelas cujos maridos/companheiros estão desempregados há mais tempo. Parece haver um consenso entre essas mulheres: nenhuma delas tem como objetivo ser provedora principal quando estão unidas. Elas até podem ganhar mais do que os maridos/companheiros, porém, quando a diferença nos rendimentos começa a pesar muito e o grau de dedicação ao cuidado (financeiro) da família começa a pender bem mais para o lado da mulher, as frustrações começam a surgir.

Porém, entre as mulheres provedoras principais cujos maridos/companheiros estão subempregados ou que vivem de bicos, mas que eventualmente conseguem rendimentos satisfatórios, a frustração parece ser maior do que entre as mulheres cujos parceiros são desempregados estruturais. Isso se dá justamente por conta do potencial não alcançado dos parceiros das primeiras. Como eles já foram provedores principais e já mostraram que conseguem auferir rendimentos satisfatórios, as mulheres que vivenciam esse tipo de situação sentem uma pressão maior sobre si do que aquelas cujos maridos estão há mais tempo desempregados. Nesses casos, parece que possuir um marido “acomodado” é pior do que ter um marido/companheiro “encostado”.

Essa “naturalização” do papel do homem como provedor faz com que, na visão das mulheres, quando ele deixa de cumprir sua parte no contrato social que estabelece as posições que homens e mulheres ocupariam no casamento, a própria masculinidade é posta à prova. As mulheres não se veem menos mulheres quando assumem parte principal do provimento doméstico, pelo contrário, se enxergam como guerreiras e batalhadoras. Em contrapartida, para elas, o homem que não assume parte principal do provimento perde um pouco de sua masculinidade (TAGLIAMENTO, 2007; FLECK; WAGNER, 2003).

Considerações Finais

Diante de todo o quadro desenhado até aqui, conclui-se que apesar de as entrevistadas serem as grandes cuidadoras das famílias, elas ainda querem ser “cuidadas” financeiramente pelos maridos/companheiros. Ser provedora principal nesses contextos aparece como sendo um grande peso, porque só as mulheres cuidam. Elas querem trabalhar, acham muito importante possuir renda própria, contudo, desde que possam compartilhar essa responsabilidade com os maridos/companheiros.

Acredita-se que examinar as trajetórias das mulheres até a participação no provimento familiar se mostra um ponto de partida fundamental para entender a organização doméstica de suas casas e as estratégias que são adotadas para a manutenção dos domicílios. Os dados qualitativos mostraram que mesmo entre as não provedoras, todas as mulheres trabalharam em algum ponto de suas vidas, deixando de exercer essa atividade por conta do desemprego ou das negociações familiares. Foram encontrados casos de mulheres que gostariam de voltar ao mercado de trabalho e também de informantes que estão relativamente satisfeitas com a posição que assumem nas famílias. Problemas com a inserção precária no emprego, baixos salários ou inexistência de direitos básicos do trabalhador fazem parte do mundo laboral dessas mulheres, por outro lado, há também outros ganhos significativos.

Entre as mulheres provedoras, o trabalho remunerado surgiu não somente como uma imposição das necessidades familiares, mas também como uma fonte de autonomia e independência, principalmente por poderem dispor de dinheiro próprio. As necessidades das famílias sempre foram ressaltadas como parte fundamental de sua inserção no mercado de trabalho, contudo, o efeito colateral da permanência das mulheres na esfera produtiva e as possibilidades de independência que as ocupações proporcionam são bem significativos. Nesses casos, a renda feminina deixou de ser um complemento na renda familiar. Mesmo

entre as provedoras complementares, há o reforço de que seus ganhos são parte fundamental do orçamento doméstico. Por outro lado, há outro efeito bem significativo da participação das mulheres no mercado de trabalho, principalmente entre as provedoras principais. Possuir renda garantida e um trabalho relativamente estável pode fazer com que os maridos/companheiros dessas provedoras deixem de assumir o provimento doméstico, justamente porque as necessidades mínimas de suas famílias estão sanadas.

No conjunto dos relatos das provedoras principais foram encontrados diversos fragmentos de discurso com uma constatação que lhes é extremamente absurda: elas trabalham porque precisam e os maridos/companheiros não trabalham ou vivem de pequenos bicos porque podem contar com as rendas femininas na manutenção doméstica. Aos olhos dessas mulheres, esse tipo de situação é bastante absurda porque elas compartilham da ideia ainda muito presente no imaginário das famílias brasileiras de que o homem precisa ser o provedor. A ideia do provedor único parece não fazer mais parte do ideário dessas mulheres, porém, a do homem provedor é fundamental. E a impossibilidade de concretizar esse ideal é fonte constante de mágoas, ressentimentos e discussões entre os casais.

Bibliografia consultada

BILAC, E. D. **Famílias Trabalhadoras: estratégias de sobrevivência**. São Paulo/SP: Símbolo, 1978.

_____. **Família e trabalho feminino: a ideologia e as práticas familiares de um grupo de “trabalhadores manuais” de uma cidade do interior paulista**”. São Paulo: 1983 (Tese de Doutorado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FLECK, A. C., WAGNER, A. “A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar”. In **Psicologia em Estudo**, Maringá: vol. 8, 2003.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2004.

GUIMARÃES, J. R. S. **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação**. Brasília: OIT, 2012.

MARRI, I. G.; WAJNMAN, S. “Esposas como principais provedoras de renda familiar”. In **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo: vol. 24, nº 1, 2007.

MELO, F. L. B. “Casais na Grande São Paulo”. In **Nova Economia**. Belo Horizonte/MG: 2007.

MONTALI, L. “Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego”. In **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu\MG, ABEP: 2006. CD-ROM.

SALÉM, T. “Tensões entre gêneros na classe popular: uma discussão com o paradigma holista”. **Mana**, Rio de Janeiro, v.2, n.12, 1981.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas/SP: Editora Autores Associados, 1996.

TAGLIAMENTO, G. **Com a palavra, o prover: uma análise das masculinidades produzidas em contextos familiares nos quais a mãe é a provedora**. Florianópolis: 2007 (Dissertação de Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.

VAITSMAN, J. “Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda”. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v.5, n.2, 1997.

ZALUAR, A. **A Máquina e a revolta**. São Paulo/SP: Brasiliense: 2001.